05 de dezembro, 2008

Acordo entre Ministério da Saúde e Capelanias Hospitalares

Informação Agencia Ecclesia: Ana Jorge considera que é necessário defender «os direitos dos doentes»

A Ministra da Saúde anunciou, em 5 de Dezembro, em Fátima, um acordo com as Capelanias Hospitalares em relação à assistência espiritual e religiosa nos hospitais do Sistema Nacional de Saúde. Na área da saúde "temos um acordo de colaboração com a Pastoral da Saúde que está praticamente terminado", disse Ana Jorge, na conclusão do XXI Encontro Nacional da Pastoral da Saúde, promovido pela Igreja Católica. A Ministra considerou que "a melhoria da qualidade dos doentes nas instituições de saúde" passa pela dimensão terapêutica da espiritualidade. "Temos que respeitar os direitos dos doentes", frisou Ana Jorge. Por sua vez, o Pe. José Nuno, coordenador nacional das capelanias hospitalares, disse à comunicação social que este acordo "será um decreto-lei regulamentador da assistência espiritual e religiosa nos hospitais que terá em conta as exigências da Concordata" de 2004. Depois de quatro anos da assinatura da Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português, o caminho neste campo específico tem sido longo. No entanto, o coordenador nacional das capelanias hospitalares afirma que este "documento é o melhor documento possível neste momento". O Pe. José Nuno esteve envolvido neste processo e "não está nada arrependido de termos optado por regulamentar a assistência espiritual e religiosa em geral nos hospitais", em vez de um documento "particularista só regulamentador da Concordata". Para que o doente tenha esta assistência espiritual "não é necessário um documento escrito", garantiu. E acrescenta: "não é essa a prática e não é isso que defendemos". Como a saúde é global - "não é só o tratamento físico" -, a Ministra da Saúde sublinha que a "espiritualidade entra neste campo global". Com o novo documento ficam garantidos vários itens essenciais: "Um conceito de prestação de cuidados de saúde que não passa sem a assistência espiritual e religiosa – isto até agora não era garantido -; a presença da Igreja Católica – visto que é garantido o princípio de representatividade – e também a presença das outras confissões consoante a representatividade", conforme salientou o Pe. José Nuno. Em relação à presença da Igreja nos hospitais, o Pe. José Nuno deixa um alerta: "Acabou o tempo da inerência e da reverência e chegou o tempo da exigência e da competência". E finaliza: "Se quisermos estar à altura deste desafio, manter-nos-emos e reforçaremos a nossa presença nos hospitais".

---

www.fatima.pt/pt/news/acordo-entre-ministerio-saude-capelanias-hospitalares